

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 50300.008979/2020-18

**Contratação de subscrição de licenças de uso
de softwares para ambiente corporativo e
datacenter**

Brasília, novembro de 2020

COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA/SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
31/08/2020	1.0	Finalização da primeira versão do documento	Bruno Freitas
04/09/2020	2.0	Termo de Referência no modelo da AGU	Bruno Freitas
22/09/2020	3.0	Termo de Referência no modelo da AGU, com alterações	Bruno Freitas
29/09/2020	4.0	Termo de Referência no modelo da AGU, com alterações	Bruno Freitas
06/10/2020	5.0	Termo de Referência no modelo da SGD/ME	Bruno Freitas
28/10/2020	6.0	Termo de Referência após Parecer Jurídico	Diógenes Nunes
16/11/2020	7.0	Termo de Referência após Impugnação	Bruno Freitas

Sumário

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO	4
2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC	5
3. JUSTIFICATIVAS E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO	5
4. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	8
5. DEVERES E RESPONSABILIDADES	12
6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO	15
7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO	17
8. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO	25
9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.....	25
10. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO	26
11. DO REAJUSTE DE PREÇOS.....	26
12. DOS CRITÉRIOS DE SELAÇÃO DO FORNECEDOR.....	26
13. DA SUBCONTRATAÇÃO.....	28
14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA.....	28
15. GARANTIA DA EXECUÇÃO.....	28
16. DOS ANEXOS.....	30
ANEXO A – TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO	31
ANEXO B - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE	33
ANEXO C - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO TERMO DE CONFIDENCIALIDADE	38
ANEXO D - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO	39
ANEXO E – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO	40

TERMO DE REFERÊNCIA

Referência: Arts. 12 a 24 IN SGD/ME Nº 1/2019

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de subscrição de licenças de uso de softwares Microsoft para ambiente corporativo e datacenter, com o respectivo fornecimento de licenças, suporte, atualização de versões, correções e benefícios conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

Grupo	Item	CATSER	Descrição	Part-Number	Identificador Microsoft	Quant	Valor Unitário máximo aceitável para subscrição anual	Valor Total (R\$) (12 meses)
1	1	27502	SQL Server Standard	7NQ-00302	SQLSvrStdCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic	7	R\$ 4.788,05	R\$ 33.516,35
	2	27502	Visual Studio Enterprise MSDN	MX3-00115	VSEntSubMSDN ALNG LicSAPk MVL	10	R\$ 9.728,25	R\$ 97.282,50
	3	27502	Visio Plan 2	9K3-00002	VisioPlan2FrmSA ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	2	R\$ 478,38	R\$ 956,76
	4	27502	Microsoft 365 E3	AAD-33204	M365 E3 Unified ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	600	R\$ 1.440,24	R\$ 864.144,00
	5	27502	CIS Standard Core	9GA-00006	CISStdCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic	16	R\$ 296,65	R\$ 4.746,40
	6	27502	SQL Server Enterprise	7JQ-00341	SQLSvrEntCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic	10	R\$ 18.358,30	R\$ 183.583,00
	7	27502	CIS Datacenter Core	9GS-00495	CISSteDCCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic	80	R\$ 1.212,10	R\$ 96.968,00
	8	27502	Project Plan 3	7MK-00002	Project Plan3 FrmSA Shared All Lng Subs VL MVL Per User	5	R\$ 956,76	R\$ 4.783,80
	9	26050	Azure Monetary Commitment	6QK-00001	Azure Monetary Commitment (ITEM SUPRIMIDO PARA REPUBLICAÇÃO)	4	R\$ 5.977,20	R\$ 5.977,20
	10	27502	Power BI Pro	NK4-00002	PwrBIPro ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	3	R\$ 374,34	R\$ 1.123,02
Total do grupo								R\$ 1.287.103,83

- 1.2. O custo estimado da contratação é de R\$ 1.287.103,83 (um milhão, duzentos e oitenta e sete mil cento e três reais e oitenta e três centavos).
- 1.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de caráter continuado, pois pode ser objetivamente especificado por meio de padrões usuais no mercado. Podendo, portanto, ser contratado por meio de processo licitatório na modalidade pregão em sua forma eletrônica.
- 1.4. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço global.
- 1.6. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite de 36 (trinta e seis) meses, em conformidade com o artigo 57 da Lei 8.666, de 1993.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC

2.1. São bens e serviços que compõem a solução os direitos de uso dos seguintes softwares Microsoft para ambiente corporativo e datacenter, com o respectivo fornecimento de licenças, suporte, atualização de versões, correções e benefícios, por período de 12 (doze) meses:

2.2. Bens e serviços que compõem a solução

Grupo	Item	Descrição	Part-Number	Identificador Microsoft	Quant
1	1	SQL Server Standard	7NQ-00302	SQLSvrStdCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic	7
	2	Visual Studio Enterprise MSDN	MX3-00115	VSEntSubMSDN ALNG LicSAPk MVL	10
	3	Visio Plan 2	9K3-00002	VisioPlan2FrmSA ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	2
	4	Microsoft 365 E3	AAD-33204	M365 E3 Unified ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	600
	5	CIS Standard Core	9GA-00006	CISStdCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic	16
	6	SQL Server Enterprise	7JQ-00341	SQLSvrEntCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic	10
	7	CIS Datacenter Core	9GS-00495	CISStdCCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic	80
	8	Project Plan 3	7MK-00002	Project Plan3 FrmSA Shared All Lng Subs VL MVL Per User	5
	9	Azure Monetary Commitment	6QK-00001	Azure Monetary Commitment (ITEM SUPRIMIDO PARA REPUBLICAÇÃO)	4
	10	Power BI Pro	NK4-00002	PwrBIPro ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	3

2.3. As atualizações das versões das licenças serão realizadas durante todo o período de vigência contratual;

2.4. A “atualização de versão” deve ser entendida como o fornecimento de novas versões corretivas ou evolutivas do software, mesmo em caso de mudança de designação do nome do software, devendo compreender a correção de falhas e implementação de melhorias no produto, independentemente de correções tornadas públicas, desde que tenham sido detectadas e formalmente comunicadas à CONTRATADA;

2.5. As versões das licenças deverão ser as mais recentes disponibilizadas no mercado pelo fabricante; e

2.6. As licenças entregues deverão possuir “downgrade rights” de forma que uma versão anterior do produto possa ser instalada, a critério da CONTRATANTE.

3. JUSTIFICATIVAS E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Contextualização e Justificativa da Contratação

3.1.1. Nos últimos anos, em virtude da ampliação das atribuições, atuação e abrangência territorial da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, a Secretaria de Tecnologia da Informação vem enfrentando desafios para a consolidação de uma infraestrutura tecnológica padronizada capaz de atender a contento as necessidades de recursos e soluções de Tecnologia da Informação no órgão.

3.1.2. A Antaq tem como missão “assegurar à sociedade a adequada prestação de serviços de transporte aquaviário e de exploração da infraestrutura portuária e hidroviária, garantindo condições de competitividade e harmonizando os interesses público e privado.”

- 3.1.3.A Antaq possui o contrato CONT-SAF-ANTAQ nº 23/2016 de cessão de uso de softwares proprietário da Microsoft, o qual deixará de vigorar a partir do dia 31/10/2020, não sendo passível de renovação.
- 3.1.4.Desta forma, há a necessidade de nova aquisição de direitos de uso com a finalidade de não impactar o trabalho dos usuários e colaboradores, tampouco os serviços de TI oferecidos pela Agência para a sociedade, uma vez que é vedado utilizar softwares não licenciados.
- 3.1.5.Para que a Antaq possa realizar sua missão, compete à Secretaria de Tecnologia da Informação - STI assegurar soluções tecnológicas alinhadas às necessidades de negócio e, neste sentido, se torna mandatário que a Antaq tenha a sua disposição softwares adequados para o ambiente corporativo e datacenters.
- 3.1.6.A STI analisou e estabeleceu, em contexto técnico, como paradigma de ambiente corporativo e de datacenter, a plataforma de software proprietário Microsoft devido:
- 3.1.6.1. A baixa curva de aprendizado necessária. Apesar das vantagens relativas ao uso de softwares livres, a plataforma Microsoft apresenta a vantagem da baixa curva de aprendizado necessária, já que o contingente de pessoal destinado a tratar de infraestrutura é reduzido e não é possível que se tenha um grupo com habilidades e conhecimentos diferentes requisitados pelo software livre para administrar e configurar.
 - 3.1.6.2. Vasta gama de softwares e hardware compatíveis. A maioria esmagadora de softwares e hardwares corporativos e de datacenter são completamente homologadas com a plataforma Windows, garantindo assim o funcionamento adequado.
 - 3.1.6.3. Transferência de riscos de mau comportamento de softwares. O uso de softwares livres requer um conjunto de pessoal e especialidades distintas, e seu funcionamento correto depende diretamente da capacidade da equipe em manter o ambiente. Devido a equipe reduzida, não é possível ter esse grupo e conhecimentos, não podendo esta Agência, arcar com os riscos de deixar um ambiente sem a correta correção de erros e bugs de sistemas operacionais e de apoio. Assim, opta-se por transferir o risco da não correção de erros e bugs para o fornecedor.
 - 3.1.6.4. Forte integração com pouco esforço. Diferentemente de uma plataforma de softwares livre, que necessita de grandes estudos e configuração avançada e profunda, a plataforma Microsoft é fortemente acoplada e, seus módulos, entre eles e de outros fabricantes, são capazes de interagir e possuir interface com grande eficiência e simplicidade, permitindo assim, atingir a integração almejada pelo ambiente corporativo de colaboração.
 - 3.1.6.5. Comunidade de suporte centralizada e ativa. Devido à grande gama de versões, as comunidades de suporte de softwares livre são descentralizadas, podendo ser muito ou pouco ativas, sendo necessário consultar diversas fontes dispersas para tentar encontrar alguma solução ou situação semelhante. No caso da Microsoft, ela oferece uma comunidade centralizada e bem ativa, facilitando assim o desenvolvimento de uma solução com a comunidade em caso de eventos inéditos.
 - 3.1.6.6. Plataforma de desenvolvimento de sistemas dotNet. A Plataforma dotNet, da Microsoft, já é adotada como linha de desenvolvimento de aplicativos e sistemas dentro da Antaq, sendo que a utilização de uma plataforma aberta trará problemas com repositórios de códigos e metodologia de desenvolvimento, além de novo custo no contrato de Fábrica de Software com migração de plataforma de desenvolvimento de sistemas.
- 3.1.7.Desta forma, é possível melhorar e facilitar a busca de informações do ambiente corporativo e ajustar parâmetros de configuração e monitoramento do ambiente de datacenter a partir de um único ponto central, buscando um alto grau de eficiência, disponibilidade e segurança, devendo ser constantemente atualizado para exercer suas funções de maneira alinhada com as ações estratégicas da Antaq.

- 3.1.8. Para a continuidade dos serviços de TI prestados pela Secretaria de Tecnologia da Informação – STI é necessário o uso da plataforma Microsoft Windows, já que todos os sistemas desenvolvidos e em desenvolvimento e que processam no ambiente da Antaq ocorrem neste ambiente. Qualquer modificação de plataforma acarretaria grandes traumas dentro da Agência, que implicaria na alteração dos diversos sistemas utilizados, já que a integração entre eles depende, direta ou indiretamente, da presença de aplicativos da suíte Microsoft para funcionarem corretamente, como também, a paralisação dos serviços prestados pela Antaq.
- 3.1.9. Convém ressaltar que as ferramentas propostas pela Suíte Microsoft são extremamente amigáveis e de domínio do mercado de informática e da população usuária de recursos de Tecnologia da Informação e aclamadas como ferramentas de produtividade dentro da Antaq. Tais ferramentas vêm atendendo à evolução das demandas da Antaq e têm conseguido suportar o aumento de volume de processamento com ganho de qualidade e sem prejuízo do desempenho dos equipamentos, garantindo suas necessidades de negócio e permitindo a melhoria contínua dos trabalhos da Antaq.
- 3.1.10. A Lei nº 8.666/93, no inciso I do art. 15, determina que as compras, sempre que possível, deverão atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas. Portanto, é cabível, sempre que houver necessidade e conveniência, estabelecer critérios uniformes para as contratações realizadas pela Administração.
- 3.1.11. Por isso, a Antaq utiliza-se das vantagens da padronização, que incluem o treinamento de servidores para o manuseio de equipamentos; o barateamento do custo de manutenção pela compra de peças de reposição com economia de escala; a facilidade de substituição e a redução dos custos de implantação, manutenção e treinamento de mão-de-obra. Constatando-se que a padronização atende ao princípio da economicidade e eficiência e propicia uma melhor destinação das verbas públicas, a melhoria na execução das atribuições e a plena continuidade dos serviços.
- 3.1.12. Por fim, a Agência não encontra obstáculos quanto à continuidade de uso da solução de licenças Microsoft para aplicativos, sistemas operacionais para estações de trabalho e servidores da Antaq.

3.2. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais

- 3.2.1. Atender à necessidade constante no item 24 do PDTI 2020-2021: "Contratar licenciamento para ambiente corporativo e de Datacenter" e ao item 6 do P.A.C "Licenciamento de Direitos Permanentes de Uso de Outros Softwares Programas de Computador".
- 3.2.2. A presente contratação está alinhada à Estratégia de Governo Digital (EGD).

3.3. Estimativa da demanda

- 3.3.1. As estimativas da demanda já foram discriminadas nos itens 1 e 2.1 deste Termo de Referência.
- 3.3.2. Os quantitativos previstos são baseados no número de usuário da agência, necessidades atuais, bem como o número de máquinas virtuais servidoras e servidores de banco de dados.

3.4. Parcelamento da Solução de TIC

- 3.4.1. O agrupamento em único grupo para este tipo de objeto é comum e praxe na Administração Pública. O desagrupamento dos itens traria prejuízos administrativos e técnicos à Agência.

3.4.2.A presente contratação não reservará cota do objeto para microempresas e empresas de pequeno porte pois não seria vantajoso para a administração pública e representaria prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado. O quantitativo de Fiscais é reduzido e sobrecarregado e a gestão de vários contratos para uma única solução aumentaria os riscos administrativos e técnicos.

3.5. Resultados e benefícios a serem alcançados

3.5.1.Estar em conformidade e legalidade na utilização, atualização, suporte e treinamento dos softwares instalados nas estações de trabalho e servidores durante o período de vigência do novo contrato;

3.5.2.Obter padronização, simplicidade e eficiência na operação e suporte, bem como manter o atual paradigma para as estações de trabalho fixas e móveis, virtualização de máquinas servidoras, monitoramento de ambientes de Datacenter e Corporativo e gestão de ativos de TI;

3.5.3.Reduzir custos tangíveis e intangíveis relacionados a resolução de incidentes e demais demandas;

3.5.4.Melhorar a experiência, produtividade e segurança de usuários e serviços de TI e introduzir um ambiente colaborativo, com uso de ferramentas com interfaces intuitivas, amigáveis, robustas e preparadas para integração e interação on-line;

3.5.5.Atender à necessidade constante no item 24 do PDTI 2020-2021: "Contratar licenciamento para ambiente corporativo e de Datacenter" e ao item 6 do P.A.C "Licenciamento de Direitos Permanentes de Uso de Outros Softwares Programas de Computador".

4. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos de Negócio

4.1.1.Estar em conformidade e legalidade na utilização, atualização, suporte e treinamento dos softwares instalados nas estações de trabalho e servidores;

4.1.2.Manter a padronização, simplicidade e eficiência na operação e suporte, bem como manter o atual paradigma para as estações de trabalho fixas e móveis, virtualização de máquinas servidoras, monitoramento de ambientes de Datacenter e Corporativo e gestão de ativos de TI;

4.1.3.Manter e Melhorar a experiência, produtividade e segurança de usuários e serviços de TI e introduzir um ambiente colaborativo, com uso de ferramentas com interfaces intuitivas, amigáveis, robustas e preparadas para integração e interação on-line;

4.1.4.Manter padronização, simplicidade e eficiência na operação e suporte, bem como manter o atual paradigma para as estações de trabalho fixas e móveis, virtualização de máquinas servidoras, monitoramento de ambientes de Datacenter e Corporativo e gestão de ativos de TI;

4.1.5.Reduzir custos tangíveis e intangíveis relacionados a resolução de incidentes e demais demandas;

4.1.6.Melhorar a experiência, produtividade e segurança de usuários e serviços de TI e introduzir um ambiente colaborativo, com uso de ferramentas com interfaces intuitivas, amigáveis, robustas e preparadas para integração e interação on-line;

4.1.7.Atender à necessidade constante no item 24 do PDTI 2020-2021: "Contratar licenciamento para ambiente corporativo e de Datacenter" e ao item 6 do P.A.C "Licenciamento de Direitos Permanentes de Uso de Outros Softwares Programas de Computador".

4.2. Requisitos de Capacitação

4.2.1. Não se aplica para o objeto da presente contratação.

4.3. Requisitos Legais

4.3.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Decreto-Lei nº 200/1967, Lei 8.666/93, (Lei de Licitações), Lei 10.520/01, (Lei do Pregão), Decreto 10.024/2019 (Pregão Eletrônico), Decreto 7.892/2013 (Registro de Preços), IN. 01/2019 SGD/ME (Contratação de Soluções de TIC) e legislação específica aplicada.

4.3.2. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.3.3. Justificativa para o Pregão Eletrônico

4.3.3.1. Os bens/serviço classificam-se como comuns pelo fato de que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais no mercado, conforme parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

4.3.4. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3.5. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.3.6. Estar em conformidade e legalidade na utilização, atualização, suporte e treinamento dos softwares instalados nas estações de trabalho e servidores;

4.4. Requisitos de Manutenção

4.4.1. Requisitos de Manutenção e Suporte Técnico

4.4.1.1. As versões das licenças deverão ser as mais recentes disponibilizadas no mercado pelo fabricante.

4.4.1.2. As atualizações ou correções das versões das licenças serão realizadas durante todo o período de vigência contratual.

4.4.1.3. O suporte técnico deverá estar disponível, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, em português ou por meio de um tradutor;

4.4.1.4. Disponibilidade para abertura de chamado: 24x7x365 (web, e-mail ou telefone).

4.4.1.5. O atendimento será preferencialmente remoto. Caso haja necessidade de intervenção local, esta poderá ser executada. Nos dois casos, sempre com acompanhamento pela equipe técnica da CONTRATANTE.

4.4.1.6. A CONTRATADA deverá oferecer suporte técnico diretamente ou em conjunto com a fabricante conforme o nível de severidade de cada chamado e dentro dos tempos de resposta definidos abaixo:

Nível de Severidade	Descrição	Nível de Serviço
Severidade A (Crítica)	Um ou mais serviços não estão acessíveis ou não podem ser usados. A produção, as operações ou as datas limite para implantação são gravemente afetadas, ou há um grave impacto sobre a produção ou a lucratividade. Vários usuários ou serviços são afetados.	Disponível: 24/7 Tempo máximo de início do atendimento: uma hora
Severidade B (Alta)	O serviço pode ser usado, mas com limitações. A situação tem impacto comercial moderado e é possível lidar com ela durante o horário comercial. Um único usuário, cliente ou serviço é parcialmente afetado.	Disponível: 24/7 Tempo máximo de início do atendimento: próximo dia
Severidade C (Não Crítica)	A situação tem impacto comercial mínimo. O problema é importante, mas não tem impacto expressivo na produtividade e no serviço atual do cliente. Um único usuário experimenta interrupção parcial, mas existe uma solução alternativa aceitável.	Disponível: 24/7 Tempo máximo de início do atendimento: Definido no momento da ocorrência entre as partes.

4.4.1.7. A CONTRATADA deverá prestar assistência técnica durante todo o período contratual.

4.4.1.8. Abertura ilimitada de chamados de suporte.

4.5. Requisitos Temporais

4.5.1. As licenças do software contratado, bem como suas chaves de ativação, devem ser disponibilizadas em até 15 dias corridos após a assinatura do contrato podendo ser prorrogado por igual período desde que justificado pela CONTRATADA e autorizado pela CONTRATANTE.

4.6. Requisitos de Segurança

4.6.1. A CONTRATADA deve executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)). Para a habilitação, o licitante deverá apresentar Declaração indicando o encarregado da credenciada responsável pela proteção de dados, nos termos do art. 41 da Lei Federal 13.709/18.

4.7. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.7.1. A CONTRATADA deverá fornecer as licenças de software de forma eletrônica, evitando a confecção e transporte de mídias;

4.8. Requisitos de Arquitetura Tecnológica

4.8.1. Não se aplica para o objeto da presente contratação.

4.9. Requisitos de Projeto e de Implementação

4.9.1. Não se aplica para o objeto da presente contratação.

4.10. Requisitos de Implantação

- 4.10.1. Deverá ser disponibilizado o acesso ao recurso de suporte à implantação da solução com acesso por meio da internet.

4.11. Requisitos de Garantia

- 4.11.1. A CONTRATADA deverá prestar assistência técnica durante todo o período contratual.
- 4.11.2. Abertura ilimitada de chamados de suporte.

4.12. Requisitos de Experiência Profissional

- 4.12.1. Não se aplica para o objeto da presente contratação.

4.13. Requisitos de Formação da Equipe

- 4.13.1. Não se aplica para o objeto da presente contratação.

4.14. Requisitos de Metodologia de Trabalho

- 4.14.1. O fornecimento das licenças, será feito por meio de acesso ao site do fabricante, a área de acesso exclusivo da CONTRATANTE, por meio de credenciais específicas, e verificação das licenças e quantidades disponibilizadas frente à quantidade e tipos de licenças constantes da Ordem de Serviço.

4.15. Requisitos de Segurança da Informação

- 4.15.1. Os planos deverão oferecer, no mínimo:
 - 4.15.1.1. Acesso ao centro de conformidade de segurança, um console baseado na Web para gerenciar funções relacionadas à segurança e conformidade, como prevenção de perda de dados, descoberta eletrônica e retenção.
 - 4.15.1.2. Permitir o gerenciamento de ameaças, como filtragem de mensagens e anti-malware.
 - 4.15.1.3. Permitir o Gerenciamento de dispositivo móvel, funcionalidade do Office 365 que permite criar e gerenciar políticas de segurança de dispositivos, limpar remotamente um dispositivo (somente no âmbito da aplicação office 365) e exibir relatórios detalhados de dispositivos no tocante ao uso da aplicação.
 - 4.15.1.4. Permitir gerenciar o ciclo de vida do conteúdo gerado, por meio de configuração de mecanismos de importação de massa, de arquivamento e do uso de políticas de retenção de conteúdo, além de mecanismos de monitoramento dos dados, gerenciamento de caixas de correio inativas e gerenciamento de registros.
- 4.15.2. Para os planos Windows 365 E3, deve-se oferecer no mínimo:
 - 4.15.2.1. Mecanismos de Prevenção de perda de dados para o Exchange Online, o SharePoint Online e o Onedrive for Business
 - 4.15.2.2. Funcionalidades que implementem Rótulos de confidencialidade.
- 4.15.3. A CONTRATADA deve executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)). Para a

habilitação, o licitante deverá apresentar Declaração indicando o encarregado da credenciada responsável pela proteção de dados, nos termos do art. 41 da Lei Federal 13.709/18.

4.16. Outros Requisitos Aplicáveis

- 4.16.1. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5. DEVERES E RESPONSABILIDADES

5.1. Deveres e Responsabilidades da CONTRATANTE

- 5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência ou Projeto Básico;
- 5.1.3. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e
- 5.1.8. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração;
- 5.1.9. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 5.1.10. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 5.1.11. Realizar, quando aplicável, diligências e/ou Prova de Conceito com o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar (fase licitatória), para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas;
- 5.1.12. Permitir o acesso às dependências da ANTAQ, dos técnicos, da CONTRATADA, responsáveis pela execução dos serviços. Quando nas dependências da CONTRATANTE os técnicos ficarão sujeitos as suas normas internas de segurança, inclusive, aqueles referentes à identificação, trajes, trânsito e permanência em suas dependências;
- 5.1.13. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da empresa CONTRATADA;

5.2. Deveres e Responsabilidades da CONTRATADA

- 5.2.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 5.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- 5.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.7. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato; e
- 5.2.8. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 5.2.9. Executar os serviços, quando for o caso, conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 5.2.10. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços, caso tenham sido efetuados, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 5.2.11. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 5.2.12. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 5.2.13. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 5.2.14. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 5.2.15. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, quando presente, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

- 5.2.16. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 5.2.17. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 5.2.18. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 5.2.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 5.2.20. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 5.2.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 5.2.22. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.2.23. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 5.2.24. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto, devendo assinar Termo de Confidencialidade, cujo modelo está no ANEXO I – MODELO DE TERMO DE CONFIDENCIALIDADE e orientar seus empregados nesse sentido.
- 5.2.25. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 5.2.26. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 5.2.27. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 5.2.28. Quando no ambiente da ANTAQ, manter os seus empregados (prestadores de serviços) sujeitos às suas normas disciplinares, porém sem qualquer vínculo empregatício com o órgão;
- 5.2.29. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da ANTAQ;
- 5.2.30. Manter, ainda, os seus empregados (prestadores de serviços) e prepostos identificados por crachá, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares da ANTAQ;

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Rotinas de Execução

- 6.1.1. O início da execução do objeto será imediato após a assinatura do contrato.
- 6.1.2. O prazo máximo para a entrega das licenças é de até 15 (quinze) dias corridos, contados da assinatura do Contrato podendo ser prorrogado por igual período desde que justificado pela CONTRATADA e autorizado pela CONTRATANTE.
- 6.1.3. Neste período, além das licenças, deverão ser informadas as credenciais de acesso, exclusivas da CONTRATANTE, para acesso à área exclusiva do site do fabricante, para verificação das licenças disponibilizadas;
- 6.1.4. A entrega será caracterizada pela disponibilização das credenciais de acesso e das licenças, com seus respectivos quantitativos, no site do fabricante, em área de acesso exclusivo da CONTRATANTE, por meio de utilização de credenciais específicas;
- 6.1.5. Os recebimentos provisório e definitivo estão descritos no item 13. DO RECEBIMENTO E DO ACEITAÇÃO DO OBJETO;
- 6.1.6. Os Testes de Conformidade terão por fim comprovar que os produtos entregues atendem a todas as especificações contidas no Termo de Referência e na proposta comercial;
- 6.1.7. Caso algum item seja recusado, a CONTRATADA terá 10 (dez) dias corridos para providenciar, às suas expensas, a substituição do item. Neste caso a CONTRATANTE terá novo prazo para realização dos testes de conformidade.
- 6.1.8. Após a assinatura do Contrato e as nomeações do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a reunião inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus Anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.
- 6.1.9. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN nº 01/2019 SGD/ME e ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da CONTRATANTE.
- 6.1.10. A pauta desta reunião observará, pelo menos, a apresentação do preposto da empresa pelo representante legal da Contratada. A carta de apresentação do preposto deverá conter os dados de identificação do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

6.2. Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

- 6.2.1. Não se aplica para o objeto da presente contratação.

6.3. Mecanismos formais de comunicação

- 6.3.1. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, os seguintes:
 - 6.3.1.1. Ordem de Serviço;
 - 6.3.1.2. Ata de Reunião;
 - 6.3.1.3. Ofício;
 - 6.3.1.4. Sistema de abertura de chamados;

6.3.1.5. E-mails, Cartas e Whatsapp.

6.3.2. Toda a comunicação entre a CONTRATANTE e o CONTRATADO deverá ser sempre formal como regra, exceto em casos excepcionais que justifiquem outro canal de comunicação.

6.4. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.4.1. A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo CONTRATANTE a tais documentos.

6.4.2. O Termo de Compromisso, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, e Termo de Ciência, a ser assinado pelos empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos anexos deste Termo de Referência.

6.5. Controle e Fiscalização da Execução

6.5.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.5.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

6.5.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

6.5.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.5.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

6.5.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.5.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.5.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

- 6.5.9. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 6.5.10. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 6.5.11. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 6.5.12. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 6.5.13. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

7.1. Critérios de Recebimento

- 7.1.1. Após o cumprimento das obrigações por parte da CONTRATADA: entrega das licenças e das credenciais de acesso ao site do fabricante, para o Grupo 1, a CONTRATANTE emitirá o Termo de Recebimento Provisório em até 5 (cinco) dias úteis;
- 7.1.2. O recebimento definitivo será realizado pela equipe de fiscalização, em até 10 (dez) dias corridos, após a emissão do recebimento provisório, da seguinte forma:
- 7.1.2.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 7.1.2.1.1. Para efeito de recebimento definitivo a equipe de fiscalização do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.1.2.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas pela equipe de fiscalização.
- 7.1.2.1.3. O recebimento definitivo também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes dos painéis desenvolvidos referente à OS que está sendo entregue.
- 7.1.3. No prazo de até 05 (cinco) dias corridos a partir do recebimento definitivo, o Gestor do Contrato deverá comunicar a empresa para emissão da Nota Fiscal, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.1.4.O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

7.1.5.Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades

7.2. Critérios de Aceitação

7.2.1.Serão aceitos para fins de emissão de Termo de Recebimento Definitivo:

7.2.2.A disponibilização das licenças e/ou chaves de ativação devidamente requeridas por meio de Ordem de Serviço que estejam ativas e funcionalmente aptas às necessidades a que se destinam.

7.3. Procedimentos de Teste e Inspeção

7.3.1.A critério da CONTRATANTE, testes poderão ser realizados a fim de comprovar as funcionalidades e a especificação proposta neste Termo de Referência.

7.4. Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

7.4.1.Os níveis mínimos de serviço descrevem a disponibilidade mínima que a CONTRATADA deve garantir em relação ao tempo de atividade ou continuidade dos serviços contratados.

7.4.2.A aferição dos níveis de serviço será realizada por meio do indicador descrito no quadro a seguir:

IAE – INDICADOR DE ATRASO DE ENTREGA DE OS		
Tópico	Descrição	
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes na Ordem de Serviço.	
Meta a cumprir	IAE ≤ 0	A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes nas Ordens de Serviço dentro do prazo previsto.
Instrumento de medição	Ordem de Serviço, Termo de Recebimento Provisório e Definitivo.	
Forma de acompanhamento	A avaliação será realizada por meio da verificação da data de entrega constante na ordem de serviço e da data de recebimento provisório das licenças.	
Periodicidade	Pra cada Ordem de Serviço.	
Mecanismo de Cálculo (métrica)	$TEX = (DEE - DDE)$ <p>Onde: TEX = Tempo de execução (quantidade de dias entre o envio da OS e o recebimento provisório). DDE = Data definida para entrega das licenças constante na Ordem de Serviço.</p>	

	DEE = Data efetiva da entrega das licenças.
Observações	Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição.
Início de Vigência	A partir da emissão da OS.
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	Para valores iguais ou inferiores a 0 (zero) – Pagamento integral da OS; De 1 a 15 (dias de atraso) – Multa de 0,1% (um décimo por cento) até 1% (um por cento) por dia sobre o valor adjudicado; Superior a 15 dias de atraso – Multa de 1% (um por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;

7.5. Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

7.5.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- 7.5.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 7.5.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 7.5.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 7.5.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 7.5.1.5. cometer fraude fiscal.

7.5.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

7.5.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

7.5.2.1.1. Atraso injustificado, superior a 5 (cinco) dias, na entrega dos produtos do Grupo 1, limitada à incidência de 15 (quinze) dias de atraso. No caso de atraso superior ao período previsto será aplicada a multa do item 17.2.2.1.;

7.5.2.2. **Multa de:**

7.5.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 1% (um por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

7.5.2.2.2. 1% (um por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

7.5.2.2.3. 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

7.5.2.2.4. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

7.5.2.3. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

- 7.5.2.4. **Sanção de impedimento de licitar e contratar** com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos
- 7.5.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 17.1 deste Termo de Referência.
- 7.5.2.5. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 7.5.2.6. As sanções previstas nos subitens 17.2.1, 17.2.3, 17.2.4 e 17.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 7.5.2.7. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 7.5.2.7.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 7.5.2.7.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 7.5.2.7.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 7.5.2.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 7.5.2.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 7.5.2.9.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 7.5.2.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 7.5.2.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 7.5.2.12. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 7.5.2.13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

7.5.2.14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

7.5.2.15. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.5.2.16. Nos casos de inadimplemento na prestação dos serviços, as ocorrências serão registradas pela CONTRATANTE que notificará a CONTRATADA, conforme a tabela a seguir:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não comparecer injustificadamente à Reunião Inicial.	Advertência. Em caso de reincidência, 0,1% sobre o valor total do Contrato.
2	Quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.	A Contratada ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais, e multa de 3% do valor da contratação.
3	Ter praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.	A Contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração.
4	Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
5	Não executar total ou parcialmente os serviços previstos no objeto da contratação.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por até de 30 dias, sem comunicação formal ao gestor do Contrato.	Multa de 5% sobre o valor total do Contrato. Em caso de reincidência, configura-se inexecução total do Contrato por parte da empresa, ensejando a rescisão contratual unilateral.
7	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por mais de 30 (trinta) dias, sem comunicação formal ao gestor do contrato.	Contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
8	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de XXX horas úteis.	Advertência. Em caso de reincidência multa de 0,1% sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela Contratante, até o limite de 10 dias úteis.

		Após o limite de 10 dias úteis, aplicar-se-á multa de 3% do valor total do Contrato.
9	Provocar intencionalmente a indisponibilidade da prestação dos serviços quanto aos componentes de software (sistemas, portais, funcionalidades, banco de dados, programas, relatórios, consultas, etc).	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
10	Permitir intencionalmente o funcionamento dos sistemas de modo adverso ao especificado na fase de levantamento de requisitos e às cláusulas contratuais, provocando prejuízo aos usuários dos serviços.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
11	Comprometer intencionalmente a integridade, disponibilidade ou confiabilidade e autenticidade das bases de dados dos sistemas.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
12	Comprometer intencionalmente o sigilo das informações armazenadas nos sistemas da contratante.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
13	Não atender ao indicador de nível de serviço IAE (Indicador de Atraso de Entrega de OS)	Multa de 0,1% (um décimo por cento) até 1% (um por cento) por dia sobre o valor adjudicado para valores do indicador IAE de 1 a 15;
		Multa de 1% (um por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado para valores do indicador IAE superiores a 15;
		Multa de 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
14	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 3% (três por cento) do valor total do Contrato.

7.6. Pagamento

7.6.1. Para o Grupo 1, o pagamento será anual;

7.6.2. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 10 (dez) dias, contados do ateste da Nota Fiscal/Fatura.

7.6.2.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

- 7.6.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência
- 7.6.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 7.6.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 7.6.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.6.5.1. o prazo de validade;
- 7.6.5.2. a data da emissão;
- 7.6.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.6.5.4. o período de prestação dos serviços;
- 7.6.5.5. o valor a pagar; e
- 7.6.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.6.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 7.6.7. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da IN SEGES/MP nº 05/2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 7.6.7.1. não produziu os resultados acordados;
- 7.6.7.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 7.6.7.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.6.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.6.9. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 7.6.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 7.6.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 7.6.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à

inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.6.13. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.6.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.6.14.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

7.6.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

7.6.16. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

7.6.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo:}$$

EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

I = (TX) TX = Percentual da taxa anual = 6%

7.7. Papéis e Responsabilidades:

Papel		Responsabilidade
ANTAQ	Gestor do Contrato	Declarar formalmente e periodicamente que os serviços estão sendo prestados conforme as especificações solicitadas; encaminhar indicação de sanções para a área administrativa; confeccionar e assinar o termo de recebimento definitivo para fins de pagamento; autorizar emissão de nota fiscal; encaminhar para a área administrativa, eventuais pedidos de modificação contratual; manter os registros formais de todas as ocorrências positivas e negativas da execução do contrato.
	Fiscal Técnico	Acompanhar a execução técnica do contrato em questão, auxiliando o gestor do contrato em todas as tarefas de gestão técnica.
	Fiscal Administrativo	Verificar aderência dos serviços aos termos contratuais e verificar as regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias da CONTRATADA para fins de pagamento.
	Fiscal Requisitante	Avaliar e justificar a qualidade dos serviços realizados ou bens entregues. Identificar a não conformidade com os termos contratuais; verificar a manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação.

Contratada	Preposto	Representar a empresa contratada, acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual, sem que exista a personalidade e a subordinação direta com a Administração Pública.
------------	----------	--

8. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

- 8.1. Os preços contidos na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro, assistência técnica e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Termo de Referência e Anexos, sendo quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, considerados inclusos nos preços, não podendo ser cogitado pleito de acréscimo, a esse ou qualquer título, devendo o objeto ser fornecido sem ônus adicionais.
- 8.2. O custo estimado da contratação é de **R\$ 1.287.103,83 (um milhão, duzentos e oitenta e sete mil cento e três reais e oitenta e três centavos)**. Os valores máximos estimados são detalhados na seguinte tabela:

Grupo	Item	CATSER	Descrição	Part-Number	Identificador Microsoft	Quant	Valor Unitário máximo aceitável para subscrição anual	Valor Total (R\$) (12 meses)
1	1	27502	SQL Server Standard	7NQ-00302	SQLSvrStdCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic	7	R\$ 4.788,05	R\$ 33.516,35
	2	27502	Visual Studio Enterprise MSDN	MX3-00115	VSEntSubMSDN ALNG LicSAPk MVL	10	R\$ 9.728,25	R\$ 97.282,50
	3	27502	Visio Plan 2	9K3-00002	VisioPlan2FrmSA ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	2	R\$ 478,38	R\$ 956,76
	4	27502	Microsoft 365 E3	AAD-33204	M365 E3 Unified ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	600	R\$ 1.440,24	R\$ 864.144,00
	5	27502	CIS Standard Core	9GA-00006	CISStdCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic	16	R\$ 296,65	R\$ 4.746,40
	6	27502	SQL Server Enterprise	7JQ-00341	SQLSvrEntCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic	10	R\$ 18.358,30	R\$ 183.583,00
	7	27502	CIS Datacenter Core	9GS-00495	CISStdCCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic	80	R\$ 1.212,10	R\$ 96.968,00
	8	27502	Project Plan 3	7MK-00002	Project Plan3 FrmSA Shared All Lng Subs VL MVL Per User	5	R\$ 956,76	R\$ 4.783,80
	9	26050	Azure Monetary Commitment	6QK-00001	Azure Monetary Commitment (ITEM SUPRIMIDO PARA REPUBLICAÇÃO)	4	R\$ 5.977,20	R\$ 5.977,20
	10	27502	Power BI Pro	NK4-00002	PwrBIPro ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	3	R\$ 374,34	R\$ 1.123,02
Total do grupo								R\$1.287.103,83

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

- 9.1. A despesa decorrente do fornecimento do objeto correrá à conta de dotação orçamentária já alocada no orçamento da ANTAQ. As informações de dotação orçamentária serão inseridas nos autos, pelo setor responsável, antes da publicação do Edital.

10. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 10.1. O contrato vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitado a 36 (trinta e seis) meses, desde que haja preços e condições mais vantajosas para a Administração, nos termos do Inciso II, Art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

11. DO REAJUSTE DE PREÇOS

- 11.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 11.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, conforme determina a Portaria nº 6.432, de 11 de julho de 2018, emitida pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento Gestão - MPDG.
- 11.2. O preço ofertado já leva em conta todas e quaisquer despesas incidentes na execução do objeto, tais como frete, tributos, transporte, entre outros;
- 11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 11.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 11.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 11.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 11.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 11.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. Regime, Tipo e Modalidade da Licitação

- 12.1.1. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço global.
- 12.1.2. O tipo e critério de julgamento da licitação é o MENOR PREÇO GLOBAL para a seleção da proposta mais vantajosa.
- 12.1.3. De acordo com o §1º do Art. 1º do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, esta licitação deve ser realizada na modalidade de PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA.
- 12.1.4. O objeto trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 12.1.4.1. Justificativa para o Pregão Eletrônico

12.1.4.1.1. Os bens/serviços classificam-se como comuns pelo fato de que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais no mercado, conforme parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

12.1.5. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

12.1.6. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

12.1.7. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

12.1.7.1. Valor Global para o Grupo 1: R\$ 1.287.103,83 (um milhão, duzentos e oitenta e sete mil cento e três reais e oitenta e três centavos).

12.1.8. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

12.1.9. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

12.1.10. Será considerada vencedora a proposta de MENOR VALOR GLOBAL, desde que atendidas todas as exigências contidas neste Termo de Referência e no Edital do Pregão.

12.2. Justificativa para a Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência

12.2.1. O agrupamento em único grupo para este tipo de objeto é comum e praxe na Administração Pública. O desagrupamento dos itens traria prejuízos administrativos e técnicos à Agência.

12.2.2. A presente contratação não reservará cota do objeto para microempresas e empresas de pequeno porte pois não seria vantajoso para a administração pública e representaria prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado. O quantitativo de Fiscais é reduzido e sobrecarregado e a gestão de vários contratos para uma única solução aumentaria os riscos administrativos e técnicos.

12.2.3. Será garantido o direito de preferência, conforme regras do Edital.

12.3. Critérios de Qualificação Técnica para a Habilitação

12.3.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

12.3.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

12.3.3. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços.

12.3.4. Declaração do licitante que ateste a não ocorrência do registro de oportunidade, de modo a garantir o princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme disposto na Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.5. Para os itens que compõem o Grupo 01, a licitante deverá enviar proposta comercial que contenha os Part Numbers (SKU) e quantidade listados na Tabela 1 e que irá disponibilizar as licenças conforme prazo mencionado no Item 4.5 deste Termo de Referência.

12.3.6. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

12.3.6.1. As empresas deverão comprovar a aptidão para a prestação dos serviços em características e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de atestado(s)/certidão(ões)/declaração(ões) fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome da licitante, comprovando a execução satisfatória do fornecimento de licenças iguais às previstas na descrição dos itens 4, 6 e 7 em disputa, em quantitativo não inferior a 40% (quarenta por cento) do quantitativo previsto para cada item supracitado.

12.3.6.1.1. Será permitido o somatório de atestados para comprovar os quantitativos mínimos relativos ao mesmo quesito de capacidade técnica de cada item.

12.3.6.1.2. A licitante deverá apresentar:

12.3.6.1.2.1. atestado(s) que se refiram a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior devendo ser comprovado por meio do contrato;

12.3.6.1.2.2. atestado(s) que se refiram a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

12.3.6.1.2.3. declaração do licitante que ateste a não ocorrência do registro de oportunidade, de modo a garantir o princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme disposto na Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.6.1.3. A licitante deve disponibilizar, quando solicitado, todas as informações necessárias à comprovação de legitimidade do(s) atestado(s) apresentado(s) fornecendo, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13.1.1. O suporte técnico do fabricante não caracteriza subcontratação.

13.2. Não será admitida a participação de empresas em regime de consórcio.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. GARANTIA DA EXECUÇÃO

15.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

15.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

- 15.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 15.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- 15.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 15.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 15.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 15.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - 15.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
 - 15.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 15.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 15.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do contratante;
- 15.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 15.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 15.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 15.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 15.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 15.12. Será considerada extinta a garantia:
- 15.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
 - 15.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

- 15.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 15.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

16. DOS ANEXOS

- 16.1. ANEXO A – MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO
- 16.2. ANEXO B – MODELO DE TERMO DE CONFIDENCIALIDADE
- 16.3. ANEXO C – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO TERMO DE CONFIDENCIALIDADE
- 16.4. ANEXO D – MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO
- 16.5. ANEXO E – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

ANEXO A – TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO

Eu, _____, portador do documento de identidade nº _____, expedido pela _____, CPF _____, declaro ter pleno conhecimento de minha responsabilidade junto à AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, em adotar medidas de segurança adequadas, no âmbito das minhas atividades, no que concerne a manter o sigilo sobre dados e/ou informações de natureza sigilosa ou sensível, tratados no âmbito da ANTAQ, relativo à prestação de serviço efetivo, bem como sobre todas as informações que, por força de minha função, venha a ser do meu conhecimento, comprometendo-me a guardar o sigilo necessário a que sou obrigado nos termos da legislação vigente, especialmente a citada, em anexo, do presente Termo.

Comprometo-me, ainda, a zelar pela proteção dos equipamentos, documentos, processos e sistemas de informação sob minha responsabilidade ou os quais me forem disponibilizados para uso, especialmente as informações constantes na base de dados dos Sistemas Corporativos de Informação da AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, fazendo-o em estrito interesse e razões do serviço desta Instituição.

A vigência da obrigação de manutenção do sigilo, assumida pela minha pessoa por meio deste termo, será enquanto os dados e/ou informações estiverem classificados como sigilosos, ou, quando esta classificação for suspensa, mediante autorização escrita, concedida à minha pessoa por autoridade competente para tal suspensão.

E por estar de acordo com o presente termo, assino-o na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

(local e data), ____/____/____.

Assinatura do Declarante

TESTEMUNHAS:

Nome: CPF:

Nome: CPF:

(no verso do documento)

LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA

1. CÓDIGO PENAL BRASILEIRO – Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.
Art. 325 – Revelar fato que tenha ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação. Pena: detenção, de 6 meses a 2 anos, ou multa, se o fato não constitui crime mais grave. Artigos correlatos: 153, 154, 314, e 327 do Decreto-Lei n. 2.848/1940 (CPC)
2. LEI DE SEGURANÇA NACIONAL – Lei nº 7.170. de 14 de dezembro de 1983.
Art. 13 – Comunicar, entregar ou permitir a comunicação ou a entrega, a governo ou grupo estrangeiro, ou a organização ou grupo de existência ilegal, de dados, documentos ou cópias documentos, planos, códigos cifras ou assuntos que, no interesse de Estado brasileiro, são classificados como sigilosos. Pena: reclusão, de 03 a 15 anos. Artigos correlatos: 14 e 21
3. POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVO PÚBLICO – Lei nº 8.159, de 08 / 01 /1991
Art. 6º – Fica resguardado o direito de indenização pelo dano material ou moral decorrente da violação do sigilo, sem prejuízo das ações penal, civil e administrativa. Artigos correlatos: 4º, 23, 25.
4. CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – Decreto-Lei nº 3.689/1941
Art. 207 – São proibidas de depor as pessoas que, em razão da função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo, salvo se, desobrigadas pela parte interessada, quiserem, quiserem dar o seu testemunho.
5. SALVAGUARDA DE DADOS, INFORMAÇÕES, DOCUMENTOS E MATERIAIS SIGILOGOS DE INTERESSE DA SOCIEDADE E DO ESTADO, no âmbito da Administração Pública Federal – Decreto 4.553, de 27 de dezembro de 2002.
6. ACESSO A INFORMAÇÕES, Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Regulamentada pelo Decreto 7.724, de 16 de maio de 2012.
7. NORMAS DE CONDUTA DOS SERVIDORES PÚBLICOS – Lei 8.027, de 12 de abril de 2011.
Artigos : 1º, 2º, 3º, 4º, 5º
8. REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO – Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Artigos: 116, 117, 132, 243
9. CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO CIVIL DO PODER EXECUTIVO – Decreto nº 1.171, 22 de junho de 1994.
10. LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992. Artigo: 11, inciso III.
11. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Nome – CPF

ANEXO B - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

DAS PARTES:

Superintendência de Administração e Finanças da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, doravante denominada ANTAQ

(LICITANTE)....., com sede na, nº, em - DF, inscrito(a) no CNPJ sob nº, neste ato representado(a) pelo(a) titular abaixo assinado(a) e identificado(a), doravante denominado(a) <LICITANTE>.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo de Confidencialidade define os direitos, obrigações e responsabilidades das Partes em relação à segurança dos ativos envolvidos e necessários à execução da manutenção da solução composta de hardware e software para pesquisa, análise estatística e mineração de dados.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DEFINIÇÕES

1. Ativo

1.1. Qualquer coisa que tenha valor para as Partes, englobando:

1.1.1. Os ativos de informação, tais como, mas não se limitando a: base de dados e arquivos, contratos e acordos, documentação de sistema, informações sobre pesquisa, manuais de usuário, material de treinamento, procedimentos de suporte ou operação, planos de continuidade do negócio, procedimentos de recuperação, trilhas de auditoria e informações armazenadas;

1.1.2. Os ativos de software, tais como, mas não se limitando a: aplicativos, códigos fonte, sistemas, ferramentas de desenvolvimento e utilitários;

1.1.3. Os ativos físicos, tais como, mas não se limitando a: equipamentos computacionais, equipamentos de comunicação, mídias removíveis e outros equipamentos;

1.1.4. Os serviços, tais como, mas não se limitando a: serviços de computação e comunicações, utilidades gerais, por exemplo aquecimento, iluminação, eletricidade e refrigeração;

1.1.5. As pessoas e suas qualificações, habilidades e experiências;

1.1.6. Os intangíveis, tais como, mas não se limitando a reputação e a imagem da Parte.

2. Confidencialidade

2.1. Garantia de que a informação é acessível somente a Pessoas Autorizadas a terem acesso.

3. Informação

3.1. Significa toda e qualquer informação de natureza, mas não se limitando a, comercial, técnica, financeira, jurídica, operacional ou mercadológica sobre, mas sem se limitar a, análises, amostras, componentes, contratos, cópias, croquis, dados, definições, desenhos, diagramas, documentos, equipamentos, especificações, estatísticas, estudos, experiências, fluxogramas, fórmulas, fotografias, ideias, instalações, invenções, mapas, métodos e metodologias, modelos, pareceres, pesquisas, planos ou intenções de negócios, plantas ou gráficos, práticas, preços, custos e outras informações comerciais, processos, produtos atuais e futuros, programas de computador, projetos, testes ou textos repassada na forma escrita, oral, armazenada em qualquer mídia tangível ou intangível.

4. Informação Confidencial

4.1. Trata-se de qualquer informação identificada pela Parte Reveladora com a expressão "INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL". Anotações e compilações baseadas em Informações Confidenciais devem ser consideradas como tais.

5. Informação Liberada

5.1. Trata-se da informação identificada pela Parte Reveladora com a expressão "INFORMAÇÃO LIBERADA" ou que:

5.1.1. Seja do conhecimento da Parte Receptora à época em que lhe for comunicada, desde que possa ser comprovado tal conhecimento prévio;

5.1.2. Antes de ser revelada, tenha se tornado do conhecimento do público por meio de fatos outros que não atos ilícitos praticados por uma das Partes ou por seus representantes ou empregados;

5.1.3. Tenha sido recebida legitimamente de terceiro sem restrição à revelação e sem violação a obrigação de sigilo direta ou indiretamente para com a Parte que as houver revelado;

5.1.4. Tenha tido a divulgação autorizada por escrito pela Parte Reveladora;

5.1.5. Tenha sido desenvolvida de forma independente por empregados ou por empresas do mesmo grupo da Parte Receptora, sem utilização direta ou indireta de Informações Confidenciais, desde que passível de comprovação;

5.1.6. Toda e qualquer informação que não se enquadre nas hipóteses previstas acima deverá ser considerada confidencial e mantida sob sigilo pela Parte Receptora até que venha a ser autorizado, expressamente pela Parte Reveladora, a tratá-la diferentemente.

6. Organização

6.1. Entidade pública ou privada, signatária deste Termo de Confidencialidade.

7. Parte

7.1. Expressão utilizada para referir genericamente as organizações signatárias deste Termo de Confidencialidade.

8. Parte Receptora

8.1. Organização que recebe informações.

9. Parte Reveladora

9.1. Organização que fornece as informações.

10. Pessoa Autorizada

10.1. Agentes, representantes, especialistas, prestadores de serviço, internos ou externos, ou empregados signatários da Licitante, neste Termo de Confidencialidade e aqueles autorizados formalmente a transmitir ou receber informações.

11. Sigilo

11.1. Condição na qual dados sensíveis são mantidos secretos e divulgados apenas para as Pessoas Autorizadas.

12. Termo de Ciência

12.1. Documento atestando o conhecimento e entendimento do Termo de Confidencialidade.

13. Termo de Confidencialidade

13.1. Refere-se ao presente documento e anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS AUTORIZAÇÕES PARA ACESSO ÀS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

Para alcançar a condição de Pessoa Autorizada, os agentes, representantes, especialistas, prestadores de serviço, internos ou externos, ou empregados das Partes, envolvidos, direta ou indiretamente, com a execução do contrato de prestação de serviços de manutenção do sistema, deverão ser devidamente instruídos sobre a proteção e manutenção da confidencialidade das Informações Confidenciais, bem como do teor deste Termo de Confidencialidade. O conhecimento

das condições referentes às Informações Confidenciais, pelas Pessoas Autorizadas, será formalizado por meio da assinatura do Termo de Ciência.

Concomitantemente, as Partes tomarão todas as providências para minimizar o risco de revelação de Informações Confidenciais, assegurando-se de que somente Pessoas Autorizadas tenham acesso a tais, na estrita medida do necessário.

Em qualquer caso, as Partes serão responsáveis por toda infração ao presente Termo de Confidencialidade que venha a ser cometida por qualquer Pessoa Autorizada sob sua responsabilidade e tomará todas as providências, inclusive judiciais, necessárias para impedi-los de revelar ou utilizar, de forma proibida ou não autorizada, as Informações Confidenciais.

Cada Parte fará a gestão das inclusões e exclusões de seus prepostos na condição de Pessoa Autorizada, devendo comunicar imediatamente à outra Parte as mudanças ocorridas por meio do envio de novo Termo de Ciência ou de Termo de Ciência encerrado, respectivamente.

CLÁUSULA QUARTA: DO USO

As Informações Confidenciais reveladas serão utilizadas, exclusivamente, para os fins de execução do contrato de prestação de serviços de manutenção do sistema, em hipótese alguma, poderão ser utilizadas para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para uso de terceiros.

CLÁUSULA QUINTA: DA NÃO DIVULGAÇÃO

A Parte Receptora deverá proteger as Informações Confidenciais contra a divulgação a terceiros da mesma forma e com o mesmo grau de cautela com que protege suas informações de importância similar.

CLÁUSULA SEXTA: DA GUARDA DE INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

A Parte Receptora deverá manter procedimentos administrativos adequados à preservação de extravio ou perda de quaisquer Informações Confidenciais, principalmente os que impeçam a divulgação ou a utilização por seus agentes, funcionários, consultores e representantes, ou ainda, por terceiros não envolvidos com a na execução do contrato de prestação de serviços de manutenção do sistema.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS CÓPIAS

As Partes comprometem-se a não efetuar nenhuma gravação ou cópia das Informações Confidenciais recebidas.

CLÁUSULA OITAVA: DA PROPRIEDADE

O presente Termo de Confidencialidade não implica a concessão, pela Parte Reveladora à Parte Receptora, de nenhuma licença ou qualquer outro direito, explícito ou implícito, em relação a qualquer direito de patente, direito de edição ou qualquer outro direito relativo à propriedade intelectual.

Todas as anotações e compilações serão também consideradas Informação Confidencial, e serão havidos como de propriedade da Parte Reveladora, não cabendo à outra Parte nenhum direito sobre tais, salvo acordo entre as mesmas, expresso e por escrito, em contrário.

CLÁUSULA NONA: DA VIOLAÇÃO

As Partes informarão a outra Parte imediatamente sobre qualquer revelação não autorizada, esbulho ou mau uso, por qualquer pessoa, de qualquer Informação Confidencial, assim que tomar conhecimento, e tomará as providências necessárias ou convenientes para evitar qualquer violação futura de Informações Confidenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO RETORNO DE INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

A pedido da Parte Reveladora, a Parte Receptora deverá restituir imediatamente o documento (ou outro suporte) que contiver Informações Confidenciais;

A Parte Receptora deverá restituir espontaneamente a Parte Reveladora as Informações Confidenciais que deixarem de ser necessárias, não guardando para si, em nenhuma hipótese, cópia, reprodução ou segunda via das mesmas;

A pedido da Parte Reveladora, a Parte Receptora deverá prontamente emitir uma declaração assinada por seu representante legal, confirmando que toda Informação Confidencial foi restituída ou inteiramente destruída, comprometendo-se de que não foram retidas quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias, sob pena de incorrer nas penalidades previstas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

O descumprimento de quaisquer cláusulas do presente Termo de Confidencialidade, sujeitará a Parte, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela outra Parte, inclusive as de ordem moral ou concorrencial, bem como as de responsabilidade civil e criminal respectivas, que serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA

As Partes obrigam-se a cumprir todas as obrigações ora contraídas sem limite de prazo, podendo a qualquer tempo, caso Informações Confidenciais sejam divulgadas, ser aplicadas as cláusulas deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA PUBLICIDADE

Todas as declarações, anúncios públicos e/ou divulgações relativas às informações apresentadas no contrato de prestação de serviços de manutenção do sistema e a este Termo de Confidencialidade e deverão ser previamente comunicados e coordenados por ambas as Partes, dependendo a sua declaração, anúncio e/ou divulgação, do prévio e mútuo consentimento das Partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: REVELAÇÃO POR ORDEM JUDICIAL OU ADMINISTRATIVA

Caso uma das Partes seja obrigada a revelar qualquer Informação Confidencial em virtude de ordem judicial ou administrativa, a mesma avisará a outra Parte imediatamente, para que a esta seja dada a oportunidade de opor-se à revelação. Caso a oposição da Parte não seja bem sucedida, a Parte oposta somente poderá fazer a revelação na extensão exigida pela ordem judicial ou administrativa em questão e deverá exercer todos os esforços razoáveis para obter garantias confiáveis de que tais Informações Confidenciais tenham tratamento sigiloso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO

Fica eleito o Foro de Brasília - DF para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Confidencialidade.

Brasília, de de .

Representante da <LICITANTE>

Representante da ANTAQ

TESTEMUNHAS:

.....,
CPF:

.....,
CPF:

ANEXO C - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

DECLARAÇÃO

Por meio desta, o(a) Sr(a) [nome do(a) diretor, consultor, prestador de serviço, empregado ou preposto], CPF _____, ocupante do cargo [cargo que ocupa] na empresa [Nome (Razão Social) da empresa], CNPJ [número do CNPJ da empresa], declara sob as penas da Lei, ter tomado conhecimento do TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA ANTAQ, emitido por aquela empresa por ocasião da assinatura do contrato Nº ____/____, e se compromete a seguir, naquilo que lhe couber, todas as disposições do referido Termo.

Brasília (DF), ____ de _____ de _____.

Assinatura

ANEXO D - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

<nome do projeto>

Conforme Ordens de Serviços/Fornecimento nº <número da(s) OS/OF> aprovadas formalmente, as partes concordam que estas foram concluídas com a execução de todas as fases e tarefas definidas.

Por estarem assim ajustadas, as partes assinam o presente termo dando por encerradas todas as responsabilidades e atividades da <nome da empresa contratada>, referente às citadas OS/OF.

<Nome do Demandante>

<Cargo>

<Nome do Representante da Contratada>

<Cargo>

<Nome da Empresa Contratada>

Testemunhas:

<Nome da Testemunha do Contratante>

<Cargo>

<Nome da Testemunha da Contratada>

<Cargo>

<Nome da Empresa Contratada>

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2020
(Processo nº 50300.008979/2020-18)

ANEXO E – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

Grupo	Item	Descrição	Part-Number	Identificador Microsoft	Quant	Valor Unitário para subscrição anual	Valor Total (R\$) (12 meses)
1	1	SQL Server Standard	7NQ-00302	SQLSvrStdCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic	7	R\$ xxx,xx	R\$ xxx,xx
	2	Visual Studio Enterprise MSDN	MX3-00115	VSEntSubMSDN ALNG LicSAPk MVL	10	R\$ xxx,xx	R\$ xxx,xx
	3	Visio Plan 2	9K3-00002	VisioPlan2FrmSA ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	2	R\$ xxx,xx	R\$ xxx,xx
	4	Microsoft 365 E3	AAD-33204	M365 E3 Unified ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	600	R\$ xxx,xx	R\$ xxx,xx
	5	CIS Standard Core	9GA-00006	CISStdCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic	16	R\$ xxx,xx	R\$ xxx,xx
	6	SQL Server Enterprise	7JQ-00341	SQLSvrEntCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic	10	R\$ xxx,xx	R\$ xxx,xx
	7	CIS Datacenter Core	9GS-00495	CISStdCCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic	80	R\$ xxx,xx	R\$ xxx,xx
	8	Project Plan 3	7MK-00002	Project Plan3 FrmSA Shared All Lng Subs VL MVL Per User	5	R\$ xxx,xx	R\$ xxx,xx
	10	Power BI Pro	NK4-00002	PwrBIPro ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	3	R\$ xxx,xx	R\$ xxx,xx
Valor Total da Contratação							R\$ xxx,xx
Valor Total da Contratação							(valor por extenso)

Dados da Empresa:

Razão Social:

Nome Fantasia:

CNPJ :

Dados bancários (nº da conta corrente e agência do banco para crédito):

Endereço:

E-mail:

Telefone:

Dados do Representante Legal:

Nome:

Cargo/Função:

RG e CPF:

Endereço:

E-mail:

Telefone:

(Local), de de .

 (Representante Legal)

(RG e CPF)

DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO		
<p>A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Ordem de Serviço nº 76/2020/GLC/SAF.</p> <p>Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Termo de Referência ou Projeto Básico será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC e aprovado pela autoridade competente.</p> <p>Encaminha-se para prosseguimento de processo licitatório, segundo o art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993.</p>		
INTEGRANTE REQUISITANTE	INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE ADMINISTRATIVO
<p>_____</p> <p>Gustavo Henrique de Souto Silva Secretário de Tecnologia da Informação Matrícula: 1794843</p>	<p>_____</p> <p>Bruno David Gonçalves Matrícula: 2258385</p>	<p>_____</p> <p>Filipe Martins Silva Matrícula: 1636969</p>
<p>Brasília, 16 de novembro de 2020</p>		

AUTORIDADE MÁXIMA DA ÁREA DE TI
<p>_____</p> <p>Gustavo Henrique de Souto Silva Secretário de Tecnologia da Informação Matrícula: 1794843</p>
<p>Brasília, 16 de novembro de 2020</p>

Aprovo,

AUTORIDADE COMPETENTE
<p>_____</p>
<p>Brasília, 16 de novembro de 2020</p>